

Projeto de lei divide professores

ERIKA KLINGL

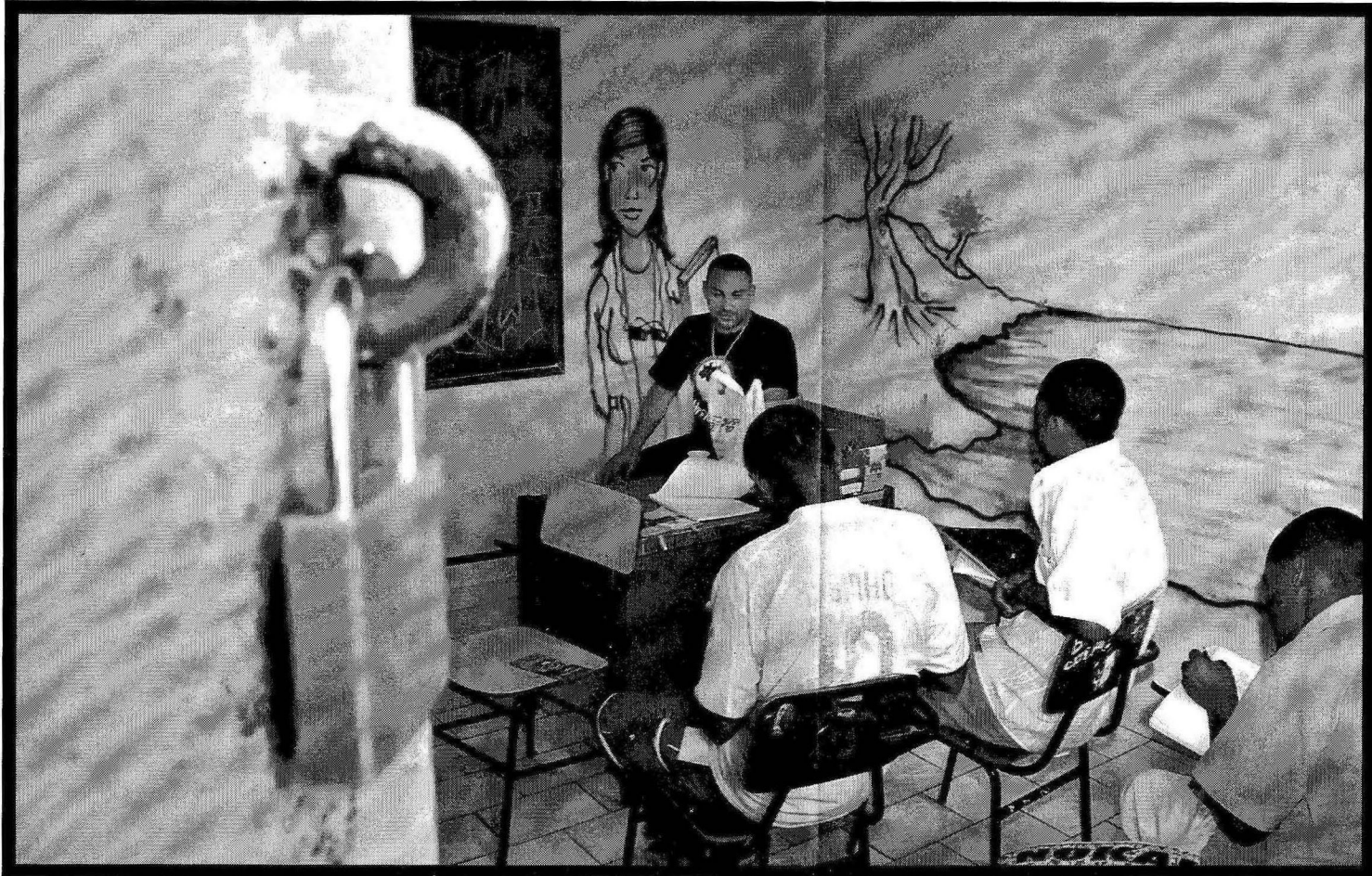
DA EQUIPE DO CORREIO

A decisão da Secretaria de Educação do Distrito Federal de acabar com as gratificações pagas a professores da rede pública que trabalham no sistema prisional e dos que lecionam para adolescentes infratores gerou revolta entre os 333 docentes que se encaixam nessa situação. A medida faz parte de ajustes do Governo do Distrito Federal (GDF) para implementação do novo plano de cargos e salários da categoria. O texto será analisado hoje pelo governador José Roberto Arruda, que deve encaminhá-lo na próxima segunda-feira, Dia do Professor, à Câmara Legislativa.

Atualmente, paga-se um adicional de 250% para os 62 professores que lecionam para homens e mulheres em presídios do DF. Os que ensinam em centros para adolescentes e jovens em conflito com a lei recebem duas gratificações de 120% cada, uma pela atividade de risco e outra pela restrição de liberdade. O argumento da secretaria é que o GDF deve preocupar-se com a demanda total de alunos e com o benefício da maioria antes de tratar de exceções, e também que o custo é muito alto para um resultado tímido.

Um professor do Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), que pediu para não ser identificado, questionou ambos os argumentos. Segundo ele, o governo local não pode ignorar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina como papel do Estado a oferta de educação para crianças e adolescentes em restrição de liberdade. "Os 29 professores da Escola do Caje já ganharam inúmeros prêmios. Precisa de

Gustavo Moreno/Especial para o CB - 13/9/07



SALA DE AULA NO CAJE: PROFESSORES RECEBEM DUAS GRATIFICAÇÕES DE 120% CADA, UMA PELA ATIVIDADE DE RISCO E OUTRA PELA RESTRIÇÃO DE LIBERDADE

mais retorno do que isso?", perguntou. Uma outra docente, que dá aula há nove anos na instituição, informou ainda que todos os servidores do GDF que trabalham no Caje recebem as duas gratificações. Antes de 2004, quando o adicional não era pago, os docentes eram os com a menor remuneração do local. "Fomos os últimos a receber esses 240% dentro do Caje. Até os porteiros recebiam mais que a gente", conta.

Já os 62 professores do sistema prisional divulgaram uma nota de repúdio à decisão da Secretaria de Educação. "É triste

percebermos que somos lembrados pela gratificação que recebemos e não pelas dificuldades enfrentadas, além do grande empreendimento realizado para promovermos uma educação no cárcere, onde cada um dos docentes corre inúmeros riscos de todas as naturezas, desde a liberdade restrita ao possível desencadeamento de rebeliões em sala de aula", cita o documento.

Outra medida que causou polêmica entre a categoria é a decisão de avaliar os professores individualmente levando em conta a assiduidade, pontualidade e criatividade. A Se-

cretaria de Educação garantiu que não abre mão da proposta, apesar de ela contar com resistência dos Sindicatos dos Professores. A ideia é articular esses dados com as avaliações externas feitas pelo Ministério da Educação (MEC) e pela secretaria. Antônio Lisboa, diretor do Sinpro, afirma que os docentes não podem ser responsabilizados por falhas no aprendizado dos alunos.

Apesar das polêmicas, o plano de carreira foi bem aceito por grande parte dos professores. "A maioria silenciosa apóia a decisão do governo de adotar a for-

mação e o mérito como forma de promoção da carreira", garante o professor Abraão Lima, que há 15 anos leciona na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com esse objetivo, o projeto de reformulação da carreira determina que a Secretaria de Educação ofereça cursos de formação continuada aos docentes. A proposta, inédita em uma lei como essa, é, de acordo com o secretário José Luiz Valente, uma chance de melhorar a qualidade da oferta de ensino nas salas de aula do DF. "Não podemos perder o foco. O objetivo final é o aprendizado do aluno", analisa.